

Professores das escolas privadas voltam às aulas

Os 20 mil professores das escolas particulares de 1º e 2º graus do Rio voltam hoje ao trabalho, dispostos apenas a uma reposição pedagógica dos dias em que seus 500 mil alunos ficaram sem aulas. A paralisação resultou em ganhos de até 108% para cerca de 12 mil professoras primárias, que passam, agora, a receber um piso salarial de CZ\$ 3 mil 600.

Os professores que ganhavam acima do piso tiveram reajuste de 52,25% e começam hoje a discutir com os donos dos 1.125 colégios do Rio um índice adicional e, no dia 9 de maio, se reúnem em assembléia que poderá apontar para uma nova greve, caso as partes não cheguem a um acordo. Os 4 mil professores das faculdades particulares, continuam a greve iniciada há 20 dias e decidem hoje em assembléia, às 9h na UERJ, se prosseguem no movimento.

No acordo assinado com os donos dos colégios, os professores asseguraram a não punição pelos dias parados, que não serão descontados. Estabeleceram também uma reposição "de natureza pedagógica" das aulas, uma vez que consideram que a compensação dos 11 ou 13 dias sem aulas (para escolas com aulas aos sábados) com dias de aulas extras descharacterizaria o movimento.

— O mínimo de 180 dias de aulas, estabelecidos em lei — disse o presidente do sindicato dos professores, Robespierre Martins — será respeitado e o programa será cumprido. Para isso, defendemos o uso de mecanismos pedagógicos que encurtem o período de aprendizagem. A qualidade de ensino não corresponde ao número de aulas porque, se assim fosse, a qualidade de uma escola seria medida pelo número de dias-aulas que ela tivesse; o que não ocorre.

Como exemplo do que chama de técnicas novas, Robespierre Martins, que é professor de física, citou o uso de folhas de estudo e de exercícios, o que permitiria ao professor, segundo ele, aproveitar o tempo de aula para explicar a parte fundamental do assunto estudado.

Qualquer que seja a forma de reposição que as escolas escolherem para os dias de greve — elas ficaram oficialmente fechadas até o dia 21, por decisão de seus donos, que pleiteavam do governo o direito de repassar às mensalidades escolares o aumento dos professores — todos

os colégios terão que dar no mínimo 180 dias de aulas, segundo o professor Sérgio Pereira da Silva, do Conselho Estadual de Educação.

— Da mesma forma que o pai do aluno tem que pagar por um serviço prestado — raciocina ele — este serviço vai ter que ser prestado com uma reposição. A escola não pode aumentar a carga horária para compensar estes dias parados porque a lei estabelece 180 dias.

Ele chamou a atenção dos pais para o índice de aumento das mensalidades que deverá, segundo ele, ser calculado a partir do reajuste de 52,25% e não sobre o índice do aumento do piso salarial das professoras primárias. Ele disse que em alguns estados, como no Paraná, por exemplo, as escolas não têm direito a repasse do aumento dos professores e só podem pedir majoração das mensalidades se abrirem sua contabilidade.

Robespierre Martins disse que o movimento dos pais contra um novo aumento das mensalidades escolares terá o apoio do sindicato dos professores, mas que a questão do aumento não deve ser colocada como uma luta entre professores de um lado e pais de outro, e sim pais versus os donos dos colégios.

— Durante nossa greve — lembra ele — distribuímos folhetos à população alertando os pais para não aceitarem nenhum aumento de mensalidade de olhos fechados. Achamos que eles devem exigir transparência da contabilidade da escola, até porque alguns alunos em sala de aula pagam as despesas com os professores da turma.

Universidades

As universidades e faculdades particulares poderão voltar a funcionar normalmente amanhã, caso seus 4 mil professores decidam, na assembléia que fazem às 9h de hoje, na UERJ, aceitar a contraproposta patronal, de aumento de piso para CZ\$ 90 a hora/aula (87% sobre o piso atual) e 52,25% para quem ganha acima do piso.

Os donos das faculdades e universidades já pediram, através de sua entidade representativa, AMES (Associação das Mantenedoras das Escolas de Nível Superior), o julgamento do dissídio da categoria, que terá, hoje à tarde, mais uma reunião com os patrões na junta de conciliação do Tribunal Regional do Trabalho.